



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Encontro de Contas

Um lado da equação

A dívida dos Municípios com o INSS

Crescimento Exponencial da Dívida



A dívida imposta pela Receita Federal aos municípios brasileiros cresce exponencialmente, muito acima de qualquer correção razoável.

Em fevereiro de 2009 a dívida previdenciária dos Municípios Brasileiros somava **R\$ 22 bilhões**, dados da Receita Federal.

Segundo dados solicitados a Receita Federal, em dezembro de 2011 o valor somou **R\$ 62 bilhões**. Um crescimento de **181%** em pouco menos de 3 anos.

Protocolo da solicitação: 16853.000891/2013-26.

Dívida em 2009



Montante da Dívida por Estado em 2009

UF	Qtde Munic. (A)	Com dívida (B)	Com RPPS (C)	% B ÷ A	Total (R\$ Bilhões)	UF	Qtde Munic. (A)	Com dívida (B)	Com RPPS (C)	% B ÷ A	Total (R\$ Bilhões)
AC	22	18	-	82%	55	PB	223	215	65	96%	1.057
AL	102	97	52	95%	349	PE	184	173	141	94%	1.254
AM	62	49	22	79%	190	PI	224	167	26	75%	314
AP	16	16	4	100%	48	PR	399	331	172	83%	825
BA	417	395	48	95%	3.468	RJ	92	89	73	97%	1.443
CE	184	176	37	96%	765	RN	167	165	4	99%	570
DF	1	-	-	0%	-	RO	52	45	22	87%	130
ES	78	77	34	99%	537	RR	15	13	1	87%	80
GO	246	216	164	88%	864	RS	496	258	308	52%	791
MA	217	163	40	75%	582	SC	293	240	67	82%	327
MG	853	728	222	85%	1.680	SE	75	71	2	95%	421
MS	78	76	34	97%	355	SP	645	495	215	77%	5.040
MT	141	94	93	67%	245	TO	139	135	10	97%	311
PA	143	126	28	88%	514	BR	5.564	4.628	1.884	83%	22.213

Fonte: Secretaria da Receita Federal – Fev/2009

A dívida em junho de 2013



Demonstrativo dos Créditos Tributários Previdenciários dos Municípios Brasileiros RFB e PGFN
Bilhão R\$

UF	Créditos não parcelados	Créditos Parcelados	Total Créditos
AC	21	73	95
AL	196	397	593
AM	388	263	651
AP	26	60	86
BA	1.832	5.074	6.906
CE	514	1.387	1.900
ES	109	8.465	8.574
GO	294	818	1.112
MA	988	1.152	2.140
MG	906	5.389	6.295
MS	85	333	417
MT	32	208	240
PA	800	1.295	2.095
PB	246	1.180	1.426

UF	Créditos não parcelados	Créditos Parcelados	Total Créditos
PE	484	1.923	2.407
PI	176	600	776
PR	156	660	816
RJ	653	1.754	2.407
RN	160	648	808
RO	27	120	147
RR	47	134	182
RS	139	1.412	1.551
SC	184	915	1.099
SE	215	485	700
SP	1.242	17.226	18.468
TO	97	364	461
BR	10.017	52.334	62.351

Inadimplência e CAUC



Quantidade de Municípios apontados no CAUC por
CND

Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias A Comprovar			
UF	Quantidade	UF	Quantidade
AC	12	PE	113
AL	70	PI	99
AM	39	PR	65
AP	11	RJ	52
BA	271	RN	94
CE	35	RO	12
ES	32	RR	5
GO	104	RS	97
MA	83	SC	41
MG	268	SE	55
MS	10	SP	143
MT	32	TO	61
PA	113	BR	2.031
PB	114		

Fonte: STN/CAUC

A tamanho da dívida, com sua expansão exorbitante, torna inviável a pagamento regular por parte dos municípios.

O resultado é que no dia 27 de julho de 2015, **2.031 Municípios** estavam com apontamento no CAUC por falta de CND.

Retenções no FPM



Em 2015, apenas entre janeiro e julho, o INSS reteve **R\$ 3,785 bilhões** dos municípios nos 1º decêndios do FPM. Deste total retido, **R\$ 945 milhões** referem-se a parcelas de dívidas previdenciárias.

Neste período, o total de municípios que sofreram retenções relativas a dívidas foi de **4.279**.

Além disso, muitos municípios pagam o parcelamento pela Guia de Recolhimento da Previdência Social – **GPS**.

Retenções no FPM



Quantidade de Municípios que teve retenção do INSS de Janeiro a Julho de 2015 e o valor da Retenção

UF	Qtd de Municípios com retenção de INSS	Retenção da dívida ao INSS dos Municípios	UF	Qtd de Municípios com retenção de INSS	Retenção da dívida ao INSS dos Municípios
AC	22	6.210.051	PE	182	46.849.434
AL	102	15.547.461	PI	221	13.800.066
AM	62	45.038.081	PR	255	23.061.973
AP	15	5.501.522	RJ	75	66.296.458
BA	415	97.072.736	RN	167	34.233.891
CE	183	36.539.665	RO	37	5.720.453
ES	63	23.892.669	RR	15	3.121.483
GO	243	41.849.202	RS	158	26.524.455
MA	206	32.241.859	SC	138	13.587.169
MG	726	93.815.697	SE	75	14.845.881
MS	68	11.372.816	SP	412	176.584.490
MT	87	12.883.274	TO	139	9.982.006
PA	142	55.696.034	BR	4.428	945.362.457
PB	220	33.093.632			

FPM zerado pelo INSS

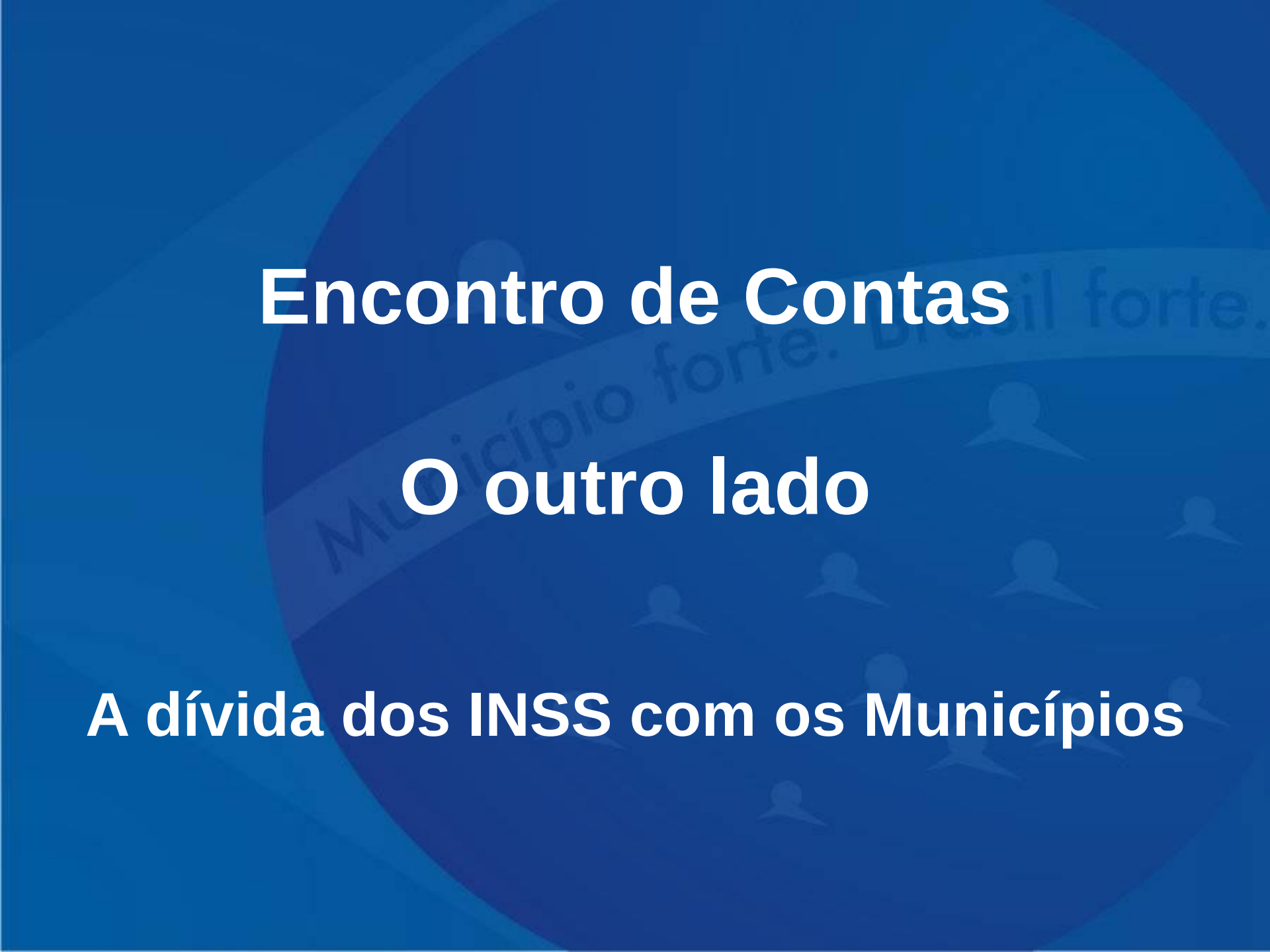


Quantidade de Municípios com alta retenção de INSS

UF	FPM Zerado	Mais de 50% do FPM Retido	UF	FPM Zerado	Mais de 50% do FPM Retido
AC	10	-	PE	7	21
AL	9	8	PI	1	10
AM	2	8	PR	25	41
AP	-	4	RJ	5	2
BA	5	29	RN	25	36
CE	8	15	RO	8	4
ES	13	9	RR	-	7
GO	13	24	RS	14	12
MA	-	7	SC	26	20
MG	26	94	SE	24	27
MS	19	12	SP	61	56
MT	5	10	TO	17	69
PA	11	13	BR	342	572
PB	8	34			

Em julho de 2015, **342 Municípios** tiveram seu FPM zerado.

No mesmo mês, nada menos que **572 Municípios** tiveram mais de 50% do seu Fundo retido pelo INSS.



Encontro de Contas

O outro lado

A dívida dos INSS com os Municípios

Anúncio Presidenta Dilma



Para o Governo Federal, o “encontro de contas” restringe-se ao:

✓ Estoque previdenciário.

O chamado “estoque previdenciário” consiste nos valores de compensação entre o regime geral (INSS) e os regimes próprios.

São referentes aos benefícios concedidos pelos regimes próprios dos Municípios a partir de 5 de outubro de 1988 e em vigor em 5 de maio de 1999, cujos beneficiários tenham contribuído anteriormente ao INSS.

Encontro de Contas apenas “estoque”



Relatório de Valores de Estoque

Competência: 01/2013 Emitido em: 19/02/2013

UF	Valor	UF	Valor
AL	45.997	PE	21.348.841
AM	1.253.212	PI	13.772.301
BA	8.415.235	PR	63.354.087
CE	4.402.848	RJ	123.541.190
ES	10.997.459	RN	3.419.849
GO	24.944.941	RO	3.134.126
MA	416.568	RS	89.815.584
MG	39.695.246	SC	23.654.102
MS	9.496.494	SE	2.672.551
MT	2.666.100	SP	412.972.602
PA	1.763.281	TO	944.029
PB	17.578.855	BR	880.305.499

Encontro de Contas para a CNM



Para a CNM, o encontro de contas deve englobar:

- ✓ “Estoque previdenciário”;
- ✓ Falta de repasse do “fluxo de compensação previdenciária” (deficiência do INSS - DCP);
- ✓ Aplicação da Súmula Vinculante nº 8 do STF;
- ✓ Agentes políticos;
- ✓ Inclusão indevida de servidores vinculados ao RPPS como contribuintes do INSS;
- ✓ Inclusão indevida de parcelas indenizatórias no valor da dívida como, por exemplo, o terço de férias, os quinze primeiros dias do auxílio-doença, horas-extras e licença maternidade;
- ✓ Multa e juros cobrados indevidamente.

Créditos dos municípios com a Receita (INSS)

O dados seguintes são subestimados, porque compõem um levantamento realizado em 2009 pela CNM, além de tratarem apenas dos seguintes pontos:

- ✓ Agentes políticos
- ✓ Compensação previdenciária (estoque e fluxo)
- ✓ Súmula Vinculante nº 8 (prescritos)
- ✓ Multas e Juros e outros encargos da dívida

Agentes políticos



Os **5.568 municípios** têm direito a receber o ressarcimento das contribuições pagas ao INSS a título de contribuição patronal sobre a folha dos agentes políticos no período de 1998 a 2004.

Em uma amostra de **31** municípios que ingressaram em juízo para reaver esta quantia, a média é de **R\$ 27 mil** por agente político que atualizados pela Taxa SELIC representam **R\$ 47 mil**.

Agentes políticos



Estendendo-se este valor a todos os agentes políticos em atividade no período de 1998 a 2004 nos municípios de pequeno porte **(70.482)** tem-se aproximadamente **R\$ 3,3 bilhões** a receber.

Este valor está subestimado porque leva em consideração somente municípios de até 20 mil habitantes.

Os salários praticados pelos municípios acima de 100 mil habitantes são em média 3 vezes maior, assim pode-se estimar mais **R\$ 2 bilhões** a receber.

Total: mais de **R\$ 5 bilhões** relativos a agentes políticos

Valor da Compensação a ser recebida



Valor estimado a receber de compensação previdenciária

Valor da Compensação Financeira a ser recebida pelos Municípios	
Descrição	Valor
Municípios com RPPS	1.911
Inativos - Requerimentos não deferidos	2.649
Média por requerimento	19.631
Valor a Receber (estimado)	5.198.749.639
Inativos - Requerimentos deferidos	97.275
Valor Recebido (estimado)	2.257.854.117

Os municípios têm a receber entre **R\$ 4 bilhões** a **R\$ 6 bilhões** da compensação.

Súmula Vinculante Nº 8



A súmula vinculante nº 8, editada pelo STF, torna obrigatória a prescrição dos débitos previdenciários em 5 anos, isso reduz a dívida atual de forma significativa.

Estima-se que do total da dívida de 2009, **R\$ 22,2 bilhões** devidos pelos municípios, **R\$ 13,9 bilhões** devam ser expurgados, reduzindo a dívida para cerca de **R\$ 8,3 bilhões**.

Já para a dívida de 2011, **R\$ 62,3 bilhões** devidos pelos municípios, a dívida deveria ter sido reduzida para **R\$ 23,2 bilhões**, onde **R\$ 39,0 bilhões** deveriam ser diminuídos da dívida.

Multas e juros das dívidas contratadas



No montante desta dívida estão inclusas multas, juros e encargos legais que de acordo com a Lei nº 11.960/09, devem ser reduzidos entre **50%** a **100%** dependendo do número de parcelas.

Estima-se que esta redução soma aproximadamente **R\$ 2,450 bilhões**.

Total de valores a receber



Créditos dos Municípios com o INSS, subestimados:

Descrição	Valor (Bilhões)
Agentes Políticos	5,0
Compensação Previdenciária	3,0
Súmula Vinculante	39,0
Multas e Juros	2,5
Total	49,5

Veto e Promessas



- ✓ Depois da CNM conseguir aprovar no Congresso o encontro de contas, o Presidente Lula vetou. (Vetos n° 23 - ao Art. 103-A da Lei n° 11.960/2009 e n° 48 - ao artigo 19 e 20 da MP 462/2009, convertida na Lei n° 12.058/2009).
- ✓ Na Marcha de 2010 a Presidenta Dilma prometeu promover o encontro de contas.
- ✓ E depois destes anos nada aconteceu e todo os meses os gestores pagam estes valores a Previdência Social.

Obrigado!



Fone: (61) 2101-6000
E-mail: presidente@cnm.org.br